



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**TARCIANA FLAVIA PEREIRA BOTELHO**

**O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NO ACESSO E PERMANÊNCIA  
DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

**PÓLO ALEXÂNIA**

**2013**

**TARCIANA FLAVIA PEREIRA BOTELHO**

**O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NO ACESSO E PERMANÊNCIA  
DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

**PÓLO ALEXÂNIA**

**2013**

**BOTELHO**, Tarciana Flavia Pereira. O papel da equipe gestora no acesso e permanência das crianças com deficiência na escola. Brasília-DF, Março de 2013. 54 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

# **O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NO ACESSO E PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA**

**TARCIANA FLAVIA PEREIRA BOTELHO**

Monografia apresentada como requisito para  
obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia pela Faculdade de Educação –  
FE, Universidade de Brasília – UnB.

Professora Orientadora: Fátima Lucília Vidal Farias

Membros da Banca Examinadora

a) Anelice da Silva Batista

b) José Manoel Montanha da Silveira Soares

Aos meus pais, Adão (in memória) e Vera, que me amaram, apoiaram e me ensinaram que nada na vida vem sem trabalho e esforço.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por me guiar e mostrar o caminho certo a seguir e o quanto necessito dos outros para continuar.

Agradeço à minha família por ter me aguentado nos momentos de estresse e me deram a estrutura que eu preciso para concluir.

A minha amada mãe que caminha comigo mesmo que eu não peça nada, mulher especial que está sempre em meus pensamentos.

Agradeço a todos os amigos que se mantiveram ao meu lado mesmo estando distante, mas ainda ligados pelos laços sublimes do amor.

Agradeço a Professora Fátima Lucília Vidal Rodrigues pela atenção e carinho com que educa, apoiando cada passo com as doces vibrações do conhecimento.

A todos que contribuíram para minha formação, me preenchendo.

Agradeço à Universidade de Brasília pelo programa da Universidade Aberta do Brasil que me deu a oportunidade ímpar de estudar em uma universidade pública, gratuita e de muita qualidade que me proporcionará como ela mesma, a solidez da minha carreira de educadora.

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre o papel da equipe de gestão escolar frente ao desafio de garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência. Para tanto, parte-se de uma revisão de bibliografia que tem alertado a cerca da complexidade desta interface no contexto brasileiro apontando uma análise sobre as Leis que garantem o acesso e permanência da criança e adolescente na escola, identificando equívocos envolvendo a educação inclusiva. Segue também os objetivos que tentam responder quais são os marcos legais que subsidiam a prática de uma escola inclusiva, investigar quais os conceitos de escola inclusiva e o papel da equipe gestora na sua implantação. Conclui-se que é necessário transformar a realidade atual frente à inclusão escolar no diagnóstico dos pontos nevrálgicos propondo ações coletivas para a sua implementação assim garantindo que os alunos possam ser atendidos que atendam as necessidades dos portadores de necessidades especiais. É primordial que a discussão sobre a inclusão envolva a todos da comunidade escolar, favorecendo o processo educativo. Cabe a equipe gestora mediar um diálogo permanente, articulando saberes em suas diversidades, proporcionar vivências significativas para a formação integral do sujeito. A inclusão deve fazer parte de uma proposta não segregativa e abranger os educadores, a família e a comunidade e estar embasada numa filosofia que proporciona a todos, igualdade e reconhecimento do outro como sujeito de singularidade.

## **Palavras-chave**

Gestão, Inclusão escolar, Educandos com necessidades educativas especiais.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>PARTE I – Memorial Educativo.....</b>	<b>11</b>
<b>PARTE II – Monografia.....</b>	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1. A INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1. Marcos Legais que subsidiam a gestão de uma escola inclusiva..</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo 2. A ESCOLA INCLUSIVA: PERPECTIVA E REALIDADE POLITICA .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1. Acessibilidade e permanência.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2. Gestão e inclusão.....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo 3. METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Caracterização da pesquisa.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2. Contexto da escola.....</b>	<b>36</b>
<b>3.3 Análise dos dados .....</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
<b>PARTE III – Perspectivas futuras .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>53</b>



## **APRESENTAÇÃO**

Este trabalho de conclusão de curso está estruturado em três partes: memorial educativo, monografia e perspectivas profissionais. O memorial compõe a primeira parte e tem como objetivo costurar as minhas memórias educativas. Relato minha trajetória ao longo do processo educativo dos primeiros anos de vida até a minha graduação e os caminhos que me levaram a escolher a temática do meu trabalho de conclusão do curso, refletindo acerca dos fatos que foram importantes para minha formação enquanto educadora.

A segunda parte do trabalho está dividida em duas partes: O primeiro capítulo diz respeito à inclusão escolar, com subtemas que discutem os marcos legais que subsidiam a gestão de uma escola inclusiva; o segundo capítulo, versa sobre a escola inclusiva: perspectiva e realidade política, discute o que é acessibilidade, permanência, gestão e inclusão escolar.

No terceiro capítulo, “Metodologia”, explica-se como a pesquisa foi realizada para alcançar os objetivos desse trabalho e apresenta-se no contexto da escola e a realidade dos alunos que foi realizada e a análise de dados com um questionário semiaberto que foi respondido pela equipe gestora. A terceira parte do trabalho apresenta minhas perspectivas de atuação como pedagoga e o caminho que continuarei a traçar para a minha vida profissional.

## PARTE I

## **MEMORIAL EDUCATIVO**

### **Minhas origens**

Nasci em Lavras, Sul de Minas Gerais em 29 de outubro de 1974. Filha de Vera Lúcia, que somente estudou até o 7º ano e de Adão Pereira, que tinha o segundo grau e tinha profissão de topógrafo. Moramos em várias cidades sempre acompanhando meu pai que ia trabalhar e minha mãe sendo cozinheira dele e dos peões que trabalhavam com ele. Em meados de 1980, nos estabelecemos na Rua da Liberdade no Bairro das Laranjeiras, subúrbio de Betim, Minas Gerais. Como não era obrigatório estar na escola com 6 anos, minha vida era brincar de escolinha, escrevendo no chão, nas paredes, como se soubesse o que estava fazendo. Minhas colegas da rua estudavam em escola particular, e eu não podia, pois meus pais não tinham dinheiro para me manter lá. Esperava ansiosamente pela minha matrícula na escola. Essa fascinação acredito que se fixou desde a cidade onde nasci, pois lá é uma cidade universitária, abriga a que era conhecida como ESAL –Escola de Agronomia de Lavras, hoje UFLA – Universidade Federal de Lavras.

Sempre passava as férias na casa da minha avó, e quando lá chegava, minhas colegas estavam nas provas finais, sempre uniformizadas e como eram mais informadas do que eu, me falavam de estudar na ESAL, quando terminassem o segundo grau. Umas estudavam na escola mantida pela igreja Matriz de Lavras e outros no GAMMON. O Instituto Presbiteriano Gammon foi criado na visão de missionários presbiterianos procedentes dos EUA. Fundado em 1869, na cidade de Campinas, São Paulo, o Gammon foi a primeira escola evangélica do país. Com um surto de febre amarela assolando o país no final do Século XIX, principalmente em Campinas, levou o Colégio Internacional a transferir-se definitivamente para Lavras em 1893.

Passava as férias entre brincadeiras em plena liberdade na rua da casa da minha avó e livros velhos, recortando, copiando, exercitando a escrita sem mesmo saber o que escrevia. Vivi a minha infância desejando estudar e estar no mundo letrado, não reconhecia a importância do estudo, mas nutria um imenso desejo de freqüentar a escola.

Em 1981 minha mãe me matriculou na Escola Municipal Maria Cristina em um bairro distante do meu. Que felicidade estar lá, mesmo de maneira precária, pois não tinha todos os materiais e como a maioria das crianças não tinha desenvolvido o

cuidado necessário com os materiais e se eles sumíssem, como sumiam, meus pais não compravam outro. O resultado disso foi que passava o ano todo pedindo material emprestado. Lembro-me de duas professoras que me marcaram muito, a primeira, chamada Aziza e uma chamada Célia Lage Hasteheister. Hoje analisando, sei que foi por causa do afeto que elas distribuíram a nós alunos, nos fazendo sentir que éramos os preferidos, talvez por isso, pretendesse ser professora.

Esta escola me envolveu inteira. Qualquer programação extra, eu estava lá. Era muito invocada com teatro, música, dança. Foi uma época muito produtiva. Gostava e admirava os professores, respeitando a todos. Fiquei até a 4ª série e aprendi que não é a falta de materiais escolares, a distância da minha casa à escola ou a falta de outros recursos que me impediriam de estudar. Não me lembro de quando realmente aprendi a ler, mas lembro-me sempre do auxílio e empenho de toda a escola para que aprendêssemos. Esse foi o início da minha paixão pelo saber.

Precisei sair dessa escola para ir estudar em outra do ensino fundamental. Tinha que pegar condução para ir até o centro de Betim. O apelido da escola era mais conhecido que o nome: “Gigante da Vila”, pois nos jogos interescolares, ela sempre levava a melhor. Apesar da distância, ia com prazer estudar. Sou apaixonada por mitologia grega e essa paixão veio de uma professora de português que havia passado as férias na Grécia e nos presenteou com fotos e histórias de heróis, deuses e semideuses. Nesta época, também tive contato com uma professora que era advogada e ministrava a disciplina de OSPB- Organização Social Política Brasileira, e foi a primeira vez que tive contato com a informação sobre a ditadura militar. Ela nos falou de Geraldo Vandré e a tortura que ele sofreu. A luta dos professores também foi comentada. Fiquei muito impressionada com tudo. A escola era meu refúgio, onde me retemperava e me escondia dos problemas que vivia no lar.

No ano de 1988, meus pais estavam em vias de separação, quando meu pai recebeu um convite de trabalho em Brasília. Ele veio com todas as promessas de arrumar um lugar com melhores condições para morarmos, estudamos em escola particular entre outras vantagens. Viajamos primeiro meu pai, eu e minha irmã. Quando chegamos na capital foi como na música de Renato Russo, vi “as luzes de Brasília” e me encantei, embalando meus sonhos de uma vida melhor. Foi o começo de um sonho que viria com lutas, perdas e vitórias.

### **Começo do caminho profissional: os eventos que me constituíram professora**

Chegando à Brasília, percebi que o sonho como ele havia sido pintado pra nós era fictício. Fomos morar no Parque da Barragem, hoje Águas Lindas. Fui matriculada no Centro Educacional 05 em Taguatinga Norte. Estava na 8ª série, pela manhã. Nesta época, em 1989, só tinha um ônibus que saía às 5:00 da manhã e outro às 7:00. Pegávamos o primeiro horário para não chegarmos atrasados (meus irmãos também estudavam perto da minha escola).

A volta também era difícil, pois, às vezes o ônibus de 12:30 não passava e outro só viria às 13:30. Que fome! Mas não tinha outro jeito, se quiséssemos estudar, era assim que deveria ser. Terminei o segundo grau e não sabia o que fazer. Uma amiga arrumou um emprego para mim no KUMON, um curso de matemática e português num método japonês. Lá corrigíamos os exercícios dos alunos, planejávamos as atividades e aplicávamos. Foi meu primeiro emprego e estava na área de educação. Como meu ensino médio foi o antigo “acadêmico” que era preparatório para o vestibular, ele não me habilitava ao trabalho imediato, como contabilidade ou técnico em edificações, então resolvi fazer uma complementação de estudos em magistério. Foi um ano e meio de estudos a noite, indo e voltando para Águas Lindas.

Já ministrava aulas de reforço e ao terminar a complementação, recebi uma proposta para trabalhar na escola Menino Jesus Filhos. Lecionei durante três anos e nesse tempo estudava para concursos. Em 1998 conheci o Flávio em um trabalho assistencial e me apaixonei intensamente. Estávamos com as mesmas intenções de construir uma relação de paz, amor e música. Nos casamos em 2001 em uma cerimônia simples com a presença de familiares mais íntimos. Continuava estudando muito para transformar minha realidade.

Fiz em 2003 o concurso da Secretaria de Educação do DF e passei em 51º lugar. Assumi a docência no magistério público no ano de 2005 na Regional de ensino de Samambaia. Minha experiência como professora em escola me ajudou muito quando assumi na secretaria de estado de educação do Distrito Federal. Em 2007 trabalhei na Secretaria de Educação com uma turma de 2º período com alguns alunos que vieram diretamente do Centro de Ensino Especial da Estimulação

Precoce. Trabalhar com essas crianças foi um grande aprendizado. Com a ajuda de um amigo da Sala de Recursos me ajudou bastante a entender as especificidades de cada aluno, me ensinando a trabalhar e principalmente a amá-los. Em 2008 por causa dos cursos de formação continuada, passei por uma seleção e fui trabalhar na Sala de Recursos de outra escola. Um aprendizado complicado, pois não tinha nem apoio de materiais nem da escola que não acreditava em inclusão. Mas faltava algo importante que era me formar em pedagogia. Também era uma exigência de emprego que eu fosse formada. Fiquei grávida no final de 2006. Adiei o sonho de fazer faculdade, não daria para custear. Minha gravidez se tornou de risco por causa da minha pressão arterial que estava muito alta. Fazíamos planos para nós e para nosso filho, principalmente com relação aos estudos, prometendo para nós mesmos cuidar com esmero da educação moral e intelectual dele, auxiliando-o a estudar no momento certo, antes de formar sua família. Mas não sabia que tudo estava prestes a mudar.

Em 2007 a UnB abre um vestibular na modalidade a distância, no Pólo de Alexânia. Fiz a inscrição para o processo seletivo quando estava com 6 meses de gravidez. Essa era a chance que tinha esperado. Estudaria em horários maleáveis, podendo conciliar a maternidade e os estudos. Aos 8 meses tive um parto prematuro, com pré-eclâpsia. Um mês depois fui fazer a prova.

Meu filho Eduardo chorou a primeira hora da prova toda, um escândalo só. Enquanto isso fui fazendo as questões de múltipla escolha. Quando ele dormiu, consegui fazer a redação. Meu marido queria que eu desistisse, pois mobilizamos outros dois amigos para nos levar a Alexânia. Só sei que ao pegar o resultado do certame, quase morri de felicidade. Era a chance de me formar em uma universidade renomada que me daria condições de atuar no meio educacional com maior eficiência.

Hoje aproveito todas as chances de estudo, os cursos oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação e outros que aparecem. A vida tomou contornos mais suaves e novas frentes de batalha estão por vir. Não me assusto mais com os desafios, hoje tenho meus objetivos profissionais muito bem definidos e delineados e sei aonde quero chegar.

Acredito que me identifiquei com os educandos com deficiência, sua luta por permanecer na escola e ser aceito pelo grupo, como eu mesma em meu processo de escolarização.

Fui cada vez mais me interessando por estudar sobre a inclusão e o papel do gestor nesse processo de construção, pois meus anos trabalhando com os alunos inclusos em classe comum na Sala de Recursos e Classe Especial, instigou-me a desenvolver o trabalho sobre o tema.

**PARTE II**



## INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar preconiza uma instituição educacional de qualidade para todos os estudantes. Nos debates da atualidade sobre a inclusão, surge diante da organização do ensino escolar brasileiro o desafio do acesso e permanência do aluno nas instituições educacionais. A escola dentro desta proposta de inclusão deve propor uma mudança na organização pedagógica, no qual se reconheça as diferenças e que procurem diminuir a discriminação e segregação desses alunos. Segundo Mantoan (2006, p.15),

O sistema educacional tem vivido dificuldades em garantir uma escola para todos e com qualidade, e a inclusão inflama esta discussão pois também o sistema educacional brasileiro luta para atender as diferenças regionais, o conservadorismo das escola, o grande número de alunos dentre outros fatores que desafiam a escola e sua gestão.

A inclusão ainda não é compreendida ou ainda é mal compreendida, principalmente no tocante a mudanças na escola regular. Questionamentos de como trabalhar com o aluno, a falta de preparação e até mesmo vontade de vencer a ignorância, a compreensão séria de que todos aprendem de diferentes modos e o sistema em respeitar a todos independente do seu desenvolvimento. Sem as devidas mudanças, não garantiremos uma escola sem preconceitos, sem distinção, proporcionando que cada aluno seja incluído, dando continuidade aos estudos, sem ser segregado. Neste sentido, alguns autores sustentam:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos nem na negação dos serviços especializados àquele que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades, (GLAT E NOGUEIRA, 2002, p.26)

As escolas, de maneira geral, conhecem as leis que garantem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, a obrigatoriedade da matrícula

com a garantia de vaga e isso é respeitado pela equipe de gestão, que acatam, mas apontam diversos fatores que impedem a implementação de uma política educacional inclusiva. Rossana Ramos (2010) afirma que dentre essas dificuldades estão na capacitação do professor, escolas sem recurso e salas de aula lotadas, sem a devida atenção que a criança deficiente reclama. No que concerne à incapacidade do professor, a ideia de que ele tenha que ser especialista, confunde os profissionais da educação. É claro que o professor deve aprimorar seus conhecimentos a respeito da criança, a gênese do pensamento da escrita, mas precisa ficar atento ao que pode contribuir no desenvolvimento desta criança. Não há a necessidade de um mundo mágico, lugar perfeito para receber a criança com deficiência na escola ou que elas sejam tratadas diferentes das outras. Elas não querem ser diferentes, querem pertencer a um grupo como qualquer garoto ou garota da sua idade. Precisam aprender juntos com todos, para construir sua identidade social.

Outro ponto de vista na escola que atrapalha a inclusão é de que a criança com deficiência com relação ao desenvolvimento intelectual, é de que ela não acompanha a turma. Uma ideia equivocada, tendo em vista que não existe uma classe escolar homogênea e que dentro de uma classe há diferentes níveis intelectuais, muitas vezes arrastando anos de reprovação ou sendo avaliado de forma urgente para frequentar uma classe especial.

Muitos ainda acreditam que as crianças deficientes atrapalham a aprendizagem das outras porque o professor tem que adaptar materiais, dar mais atenção a eles. Prática que demonstra o quanto a nossa sociedade e comunidade escolar como um todo desconhecem o direito de que ninguém deve ser diferenciado em sala de aula, ou materiais completamente diferenciados. Adaptações, faremos com qualquer aluno que necessite mesmo que ele não tenha uma deficiência.

Outra questão é a avaliação. Os questionamentos de como avaliar o aluno, dar “nota”. A avaliação pode se tornar excludente se não levarmos em conta a subjetividade do aluno.

Portanto, uma escola inclusiva, é aquela em que a vida é valorizada, auxiliando os outros a reconhecerem as diferenças, criando, adquirindo atitudes de

compreensão e solidariedade a todos e também no acesso aos conteúdos escolares.

A questão problema que estabeleci é: Qual o papel da equipe gestora na garantia do acesso e permanência das crianças com deficiência na escola. Diretamente ligada a esta questão constituímos o objetivo geral que se sintetiza em investigar qual o papel desta equipe no acesso e permanência da criança com deficiência, assim como os objetivos específicos de pesquisar os marcos legais que subsidiam a proposta de uma escola inclusiva, identificar quais são os conceitos de escola inclusiva e o papel dos gestores na sua implantação.

No primeiro capítulo, temos um aparato geral do conceito de inclusão escolar, se o sistema escolar permite e apoia a inclusão, as relações de igualdade e diferença que permeia os debates, tendo como subitem a verificação dos marcos legais que dão suporte à inclusão.

No segundo capítulo, A escola inclusiva na perspectiva e na realidade, traçando um paralelo da antiguidade ao início da discussão sobre inclusão com os direitos humanos, a declaração de Salamanca. Discutiremos acessibilidade e permanência, identificando as leis e artigos que trazem este tema, identificando os tipos de acessibilidade. Traremos também sobre a gestão e a inclusão e os papéis dos gestores frente a este desafio.

No terceiro capítulo, descreveremos a metodologia empregada para o levantamento de dados, o contexto da escola em que foi feito este levantamento a análise dos dados sobre o pensamento dos membros da equipe gestora sobre a inclusão e minhas perspectivas futuras.

## CAPÍTULO I

### A INCLUSÃO ESCOLAR

Há um imenso desafio para o ensino escolar brasileiro em encontrar soluções que deem conta da demanda de acesso e permanência dos alunos com deficiência em suas redes e instituições de ensino. Grande ainda é o debate em torno do tema. Muitos ainda não compreendem o direito de estar e permanecer da criança na escola, sendo necessário o poder público regulamentar leis e propor mudanças que aos poucos tomam corpo e tomam novos contornos. A postura de mudança na organização pedagógica, abrindo a mente para reconhecer e valorizar o outro e as diferenças, ir minando a discriminação e deixando de segregar o aluno que não se encaixa nos modelos de educação tradicional. Romper com esse modelo de educação para poucos, é tomada de passos importantes para fazer da escola, um espaço democrático, onde as Leis são respeitadas, dando espaço para o crescimento e atendimento de todos, sem distinção.

A relação de igualdade e diferença que permeia os debates, o atendimento ao aluno, o apoio ao professor, à comunidade escolar, às políticas públicas elaboradas como iniciativas à uma transformação no interior da escola, visa provocar o debate e esperar que as escolas possam se transformarem e aos poucos adotarem a inclusão como princípios de educação de qualidade.

Em um contexto amplo, a exclusão social é um processo estrutural e não conjuntural (WITCHER, 2003), onde a determinados cidadãos é negado o direito de participar das estruturas sociais, políticas, econômicas, trabalhistas e também, educacionais da sociedade.

Segundo Mantoan (2006, p.13) “a inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços.” A escola é um foro de discussão e onde o processo de inclusão acontece mais fortemente. A presença de alunos com necessidades educativas especiais dentro de uma sociedade democrática proporcionam uma luta para sejam rompidas barreiras que causam impedimentos à igualdade de tratamento e de oportunidades para todos os estudantes.

Podemos definir inclusão como uma filosofia e prática educativa que visa a melhorar a participação e aprendizagem de todos os alunos, e um modelo de

educação onde todos possam participar como membros importantes dessas instituições educacionais. É um processo que não está concluído e desafia a exclusão e onde essa prática se dá, o grupo entende que todas as barreiras devem ser derrubadas por um bem comum.

Entender que o sujeito é um conjunto de todas as suas experiências culturais e sociais e que existem as diferenças antes de minimizar o que ele é e faz com as peculiaridades que o definem. O grande problema do reducionismo na compreensão do sujeito e da sociedade é que quando a escola prima pela homogeneização dos alunos acaba perpetuando uma filosofia de exclusão que não cabe mais no momento histórico em que se discutem os direitos de pertencer e participar de um grupo como membro respeitado.

O professor de Harvard, Robert Barth (1990), conseguiu descrever a diversidade e seu valor:

eu preferia que meus filhos frequentassem uma escola em que as diferenças fossem observadas e celebradas como coisas boas, como oportunidades para a aprendizagem. A pergunta com que tantos educadores estão preocupados é: Quais são os limites da diversidade além dos quais o comportamento é inaceitável? Mas a pergunta que eu gostaria de ver formulada com mais frequência é: Como podemos fazer um uso consciente e deliberado das diferenças de classe, gênero, idade, capacidade, etnia e interesse como recursos para a aprendizagem? As diferenças encerram grandes oportunidades para a aprendizagem, Elas oferecem um recurso livre, abundante e renovável, eu gostaria de ver nossa compulsão para eliminar as diferenças substituída por um enfoque igualmente insistente em se fazer uso dessas diferenças para melhorar as escolas. O que é importante sobre as pessoas e sobre as escolas é o que é diferente, não o que é igual. (p.514-515)

Educando todos juntos o benefício é coletivo, ganha a sociedade, os professores, os alunos e a comunidade, além de proporcionar aos alunos com deficiência a oportunidade de se prepararem para a vida na comunidade, e os professores de melhorarem suas habilidades profissionais e a sociedade a tornar a igualdade como um valor social importante para a paz social e a justiça. Segundo Rossana Ramos (2010), existem muitos mitos na escola que dificultam a inclusão, gerando preconceito como: achar que as crianças precisam de cuidados especiais que os professores tem que ser especialistas, que os alunos precisam frequentar

escolas especiais, que os alunos deficientes atrapalham a aprendizagem das outras crianças e que possuem a sexualidade exacerbada. Mitos precisam ser esclarecidos e tratados como tal.

### **1.1. Marcos Legais que subsidiam a gestão de uma escola inclusiva**

Com a Declaração de Salamanca (1994), aconteceu uma discussão enorme a respeito dos direitos humanos e dentro dele o repúdio de toda e qualquer discriminação. O papel de todo aquele que legisla, deve ser o de compromisso com todos, reafirmando o propósito de incluir e promover atitudes entre aqueles que eles governam. Neste sentido, a Declaração afirma que:

*Políticos em todos os níveis, incluindo o nível da escola, deveriam regularmente reafirmar seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas entre as crianças, professores e público em geral, no que diz respeito aos que possuem necessidades educacionais especiais.*

As escolas, em termos gerais, têm conhecimento da existência das leis que subsidiam a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes gestoras respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária.

Em nosso país, a Constituição Federal de 1988, considerada Constituição Cidadã, assegura a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Artigo 206 e 208) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei nº 8069 de 13 de julho de 1994, que garante os direitos e deveres da criança e do adolescente.

A LDBEN/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina que alunos com qualquer deficiência, devem, obrigatoriamente, ser incluídos no sistema regular de ensino, nas turmas de faixa etária compatíveis.

A Resolução no 02/2001 do CNE-CEB, que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, no art. 2º afirma que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais,

assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Da integração à inclusão total há ainda um longo caminho a percorrer. Neste sentido MAZZOTTA (1998, p.75) reforça o pressuposto que:

No contexto da sociedade democrática que pretendemos construir, temos que propugnar por uma educação de qualidade para todos, seja através da “escola democrática”, da “escola para todos”, da “escola compreensiva”, da “escola integradora”, da “escola inclusiva”, ou da “escola de candanga”. O fundamental é compreendermos que sua concretização depende de cada um e de todos nós, já que a inclusão ou não segregação implica essencialmente um sentimento ou atitude de respeito ao outro como cidadão. E tal proposta não comporta qualquer exclusão, sob qualquer pretexto.

A convenção da ONU- Organização das Nações Unidas- em 2006 foi elaborada ao longo de 4 anos, com a participação de 192 países membros da ONU e de centenas de representantes da sociedade civil de todo o mundo. No entendimento da ONU, deficiência é um conceito em evolução, resultado da interação entre a deficiência de uma pessoa e os obstáculos que impedem sua participação na sociedade. Quanto mais obstáculos a pessoa com deficiência enfrenta, como barreiras físicas e condutas e atitudes que impedem a sua integração, mais deficiente é uma pessoa. Não importando o tipo de deficiência, seja física, mental, sensorial, múltiplas.

Aderindo à Convenção, os países signatários como o Brasil assumem o compromisso de respeitar as pessoas com deficiência não porque Leis internas mais em razão de uma exigência universal de solidariedade, independente da condição pessoal de cada um. Quando os países apropriam-se desse compromisso universal, os países participantes estarão dando chance de trabalho e desenvolvimento pessoal a pessoas que não serão ônus para a sociedade e sim contribuintes dela.

Ao examinar as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino tornou-se necessário enfrentar as práticas discriminatórias e viabilizar alternativas para superá-las, tendo a educação inclusiva assumido espaço central na discussão acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Partindo desse cenário, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, apresenta a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da*

*Educação Inclusiva*, que acompanha as mudanças e lutas sociais, com o objetivo de promover uma educação de qualidade a todos.

É assegurada através desta Política, a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, cabendo aos sistemas de ensino as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Em respeito a nossa constituição e outras leis, foi promulgada em 17/11/2011, o Decreto 7611 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Segundo este Decreto, “o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, sendo todo este trabalho realizado em articulação com as demais políticas públicas. O artigo 3º, traz os objetivos do atendimento educacional especializado, que são:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e



IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

As leis que versam sobre o estudante com deficiência, pretende diminuir as diferenças sociais e garantir que a educação seja realmente para todos, com objetivos claros de combater o preconceito e a exclusão que tão vilmente atinge famílias que por vezes desconhecem seus direitos de lutar por um mundo mais justo e igualitário.

## **CAPITULO 2. A ESCOLA INCLUSIVA: PERSPECTIVA E REALIDADE POLÍTICA**

Desde a antiguidade, as pessoas que não eram “normais”, eram consideradas forças malignas estando assim excluídas da sociedade por acreditarem que eram um mal para a sociedade. Essas crianças eram analisadas e descartadas como algo ruim, que não se aproveitaria para nada.

Foucault (1989) afirmava que na Espanha e Itália, os hospícios eram depósitos de seres humanos com o intuito de esconder os deficientes. E a sua diferença era utilizada contra eles trazendo Carlo (2006.p.167):

[...] “seres anormais e que suscitavam repulsa ou temor-indigente, criminosos, vagabundos, prostitutas, loucos, etc- foram rechaçados, pois eram considerados perigosos e incapazes de se manterem na sociedade, e repovoaram os antigos leprosários da Idade Média.

Portanto, todo aquele que ia contra a ordem vigente, que estava destoando dos demais eram confinados e condenados a uma vida de segregação ou morte.

Quando após a segunda Guerra Mundial, os direitos humanos foram reconhecidos, a pessoa com deficiência alçou outros patamares, sendo reconhecida como pessoa de direito, podendo exercê-lo.

Algumas organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e Cultura), a OMS (Organização Mundial de Saúde) dentre outras, e com a evolução do pensamento humano, respeito e dignidade. Na década de 90, pessoas deficientes começaram a se reunir, exigindo da sociedade sua participação e reconhecimento do direito de estar e permanecer nos lugares comuns.

Surge então o modelo de integração onde a pessoa com deficiência é quem tinha que se adaptar à escola, à vida e não o contrário.

Sasaki explica assim o que é a integração e o seu efeito nas escolas:

(...) integração, que se vale das práticas de mainstreaming, de normalização, de classes especiais e de escolas especiais. Todas as formas até então vigentes de inserção escolar partiam do pressuposto de que devem existir dois sistemas de educação: o regular e o especial. Os alunos com deficiência poderiam estudar em escolas regulares se fossem capazes de acompanhar seus colegas não-deficientes. Para isto, foi sendo desenvolvido um sistema de cascata para acomodar os diversos níveis de capacidade. (INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), abre uma brecha quando coloca que os alunos com deficiência, frequentarem de preferência a rede regular de ensino e que teve apoio no Decreto 3298 de 1999 em seu artigo 24 inciso I, da matrícula compulsória daqueles alunos que tinham condições de se integrar. Sendo assim Sasaki afirma que a LDBEN deixou implícita:

(...) a existência de um sistema paralelo destinado, exclusivamente, aos alunos que não tivessem capacidade acadêmica para frequentar as escolas comuns em razão de suas deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas.

Tem-se com o apoio das Leis, uma forma de atender o aluno na rede regular de ensino, numa perspectiva médica, onde o que norteava era o modelo clínico de atendimento com uma filosofia de que o aluno poderia ser “curado”, “medicalizado”.

A semente do modelo de inclusão surge por uma organização não governamental que foi criada por pessoas deficientes em 1981, onde lançaram um livreto explicativo sobre a equiparação de oportunidades. Era conhecida como *Disabled Peoples International*.

Daí por diante, outras declarações, que são documentos internacionais, vão disseminar a ideia do respeito e inclusão das pessoas com deficiências.

Em 1994 a Declaração de Salamanca traz desde então, apoiada em princípios e práticas educativas, inspirada em várias declarações das Nações Unidas, resultou em um documento chamado Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", no qual manifesta o desejo de

assegurar que a educação de pessoas deficientes pertencesse ao Sistema educacional. Segundo este documento:

reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas " o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial. Declaração de Salamanca (1994, p. 42).

A Inclusão é uma proposta de adequar os sistemas da sociedade de tal maneira que as barreiras que tem como objetivo excluir da participação da sociedade, sejam eliminadas. Ainda, a sociedade deve modificar para acolher a partir do pressuposto de atender a necessidade de seus participantes. Neste modelo, a escola deve trabalhar segundo a orientação da Declaração de Salamanca (1994,p. 45):

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares.

Os caminhos de inclusão estão norteando cada vez mais a sociedade mundial. É um caminho que não tem volta, pois essa postura inclusiva tem tomado fôlego, com a contribuição de pais, gestores, Governo Federal através da Secretaria de Educação Especial, diversas escolas em todo país. Essa Visão de inclusão tem

interessado e fomentado dentro das escolas essa discussão trazendo resultados modestos, mas crescentes.

Afirma Sasaki ( 2005, p. 56):

Os resultados ainda são pequenos, porém crescentes e animadores. A cada dia que passa, fico sabendo de mais um grupo de pessoas, neste imenso país, desejando conhecer e aplicar a filosofia e a metodologia da inclusão escolar, partindo do pressuposto de que todos os jovens e as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É bastante visível o crescente movimento inclusivista, alimentado pela adesão de setores da sociedade (escolas, associações, empresas, órgãos governamentais, instituições especializadas, mídia etc) aos princípios da inclusão social.

## **2.1. Acessibilidade e permanência**

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar que perpassa todas as etapas e níveis de ensino e está definida nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que regulamenta o direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para uma inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

A Educação Especial atualmente no Brasil tem sido definida numa visão mais ampla, voltada para a formação do indivíduo com vistas ao exercício da cidadania. O respeito à diversidade com uma prática pedagógica organizada e que contempla a necessidade de todos.

O termo acessibilidade é utilizado para indicar a possibilidade de qualquer pessoa desfrutar de todos os benefícios da vida em sociedade.

Segundo o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, acessibilidade está relacionada em propiciar condição para uma utilização segura e autônoma, parcial, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. No mesmo documento, barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que

limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população.

A vida de pessoas com deficiência seria mais difícil se não tivéssemos departamentos responsáveis pela acessibilidade na arquitetura e do urbanismo de nossa cidade, pois em locais onde há escada também deve haver rampa de acesso, o posicionamento de postes, árvores e telefones públicos, deve ser bem pensado para que não causem danos a pessoas com deficiência visual.

Quando tratamos do mundo virtual devemos levar em conta que os *sites* serão acessados por diversos grupos com algum tipo de deficiência, e não estamos falando só deficiência humana, também devemos pensar em pessoas que acessam o site em computadores antigos, conexões lentas ou com dispositivos móveis, tais como celulares. Em informática, programas que provêm acessibilidade são ferramentas ou conjuntos de ferramentas que permitem que portadores de deficiências (as mais variadas) se utilizem dos recursos que o computador oferece. Essas ferramentas podem constituir leitores de ecrã para deficientes visuais, teclados virtuais para portadores de deficiência motora ou com dificuldades de coordenação motora, e sintetizadores de voz para pessoas com problemas de fala.

No meio educacional, o acesso a oportunidade de estar na escola e utilizar os meios com os quais a pessoa com deficiência reduza a exclusão em que muitas vezes vive, podendo permanecer na escola dando continuidade ao seu processo educacional. Segundo Mantoan:

A igualdade de oportunidades é perversa, quando garante o acesso, por exemplo, à escola comum de pessoas com alguma deficiência de nascimento ou de pessoas que não tem a mesma possibilidade das demais, por problemas alheios aos seus esforços, de passar pelo processo educacional em toda a sua extensão. Mas não lhes assegura a permanência e o prosseguimento da escolaridade em todos os níveis de ensino. ( Mantoan, 2006, p.20).

Acessibilidade, significa não apenas permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos,

serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes da população, como por exemplo: idoso, pessoas com crianças pequenas, pessoas com necessidades educacionais temporárias.

A Lei 8069 de 13 de julho de 1990 trás em seu capítulo IV artigo 53-I o direito da criança da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, acesso à escola pública e gratuita perto de sua residência.

No artigo 54- V, acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

No artigo 58, diz que “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

A Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no capítulo I artigo 1º, estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. E no cap II artigo 3º diz que o ensino será ministrado nonos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, apreço a tolerância.

Os sistemas de ensino deverão assegurar a matrícula e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas deficiências ou necessidades educacionais especiais. A Lei 7.853/89 trata em seu artigo 8º : “ *constitui crime, punido com reclusão, recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino, de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta*”.

Sasaki (1998) informa os diversos tipos de acessibilidade:

- **Acessibilidade arquitetônica**

Sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

- **Acessibilidade comunicacional**

Sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, *notebook* e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

- **Acessibilidade metodológica**

Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc).

- **Acessibilidade instrumental,**

Sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc).

- **Acessibilidade programática,**

Sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral.

- **Acessibilidade atitudinal**

Por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.



Com respeito à permanência, garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino e em horário contrário como vimos com o Decreto 7611, no capítulo 1.

### **2.3. Gestão e inclusão**

Uma mudança de modelo de administração por gestão trouxe às organizações educativas um novo conceito de direção do trabalho escolar, movimentando forças do talento humano e uma sinergia coletiva, que nada mais é do que os esforços do grupo voltados para a melhoria do ensino. Segundo Luck, gestão é:

uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LUCK, 2000, p. 58)

Atualmente a política educacional brasileira, no que diz respeito à educação especial, quer incluir esses alunos nas classes comuns visando abolir de vez atitudes de segregação com relação ao tratamento e educação, implantando à educação básica, a educação inclusiva que vem demonstrando desafios de grande porte.

A escola em sua prática diária, tem que estar comprometida com o respeito à diversidade, atenta às peculiaridade dos alunos, percebendo a importância de olhares diferenciados, responsáveis e comprometidos com a educação de todos.

Quando a escola é focada na padronização, na objetividade e eficiência de resultados, com uma concepção de educação excludente, viola o direito do

educando de conviver com seus pares, roubando-lhes a oportunidade de ser autônomos e produtivos dentro de suas capacidades.

Portanto a visão da equipe gestora no tocante a educação inclusiva promove num contexto de relações que promovem a colaboração, a interação entre a diversidade, promovendo o bem estar dos alunos e evitando o isolamento e a baixa autoestima.

A convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência (1999), versa que as pessoas portadoras de deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdade fundamental que as outras pessoas e que esses direitos, inclusive de não ser discriminadas com relação na deficiência, vem da igualdade e dignidade que são inerentes a todo ser humano. Então a prática de incluir todos na escola é respeitar os direitos humanos, a dignidade da pessoa favorecendo a igualdade de todos e o atendimento dentro do estabelecimento de ensino de forma adequada e respeitosa. Ainda nesta convenção define discriminação como:

Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e sua liberdade fundamental (LUCK, 2000, p. 59)

E este modelo de inclusão, Sassaki (1998, p.9) explica que:

esse paradigma é o da inclusão social- as escolas (tanto comuns como especiais) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

Acredita-se que na atualidade os gestores devem ser profissionais comprometidos em atender às diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo e visando a formação do cidadão, preparado a exercer sua cidadania.

Tendo em vista a escola e o papel dos gestores frente a inclusão, algumas atitudes e reflexões devem nortear o trabalho desta equipe. segundo documento do MEC:

- 1- Desenvolver ações que levem a família e a comunidade a acolher a criança com sua diferença, sem protecionismos.
- 2- Proporcionar à família e à comunidade atividades que favoreçam a convivência e estimulem a confiança.
- 3- Estimular a família a participar da vida da criança, de forma que sua intervenção seja segura e eficaz.

Também se faz muito importante que as barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos à deficiência física mas outras barreiras como a social, filosófica, cultural, afetiva e religiosa também devem ser derrubadas.

No que toca aos aspectos pedagógicos, toda a equipe gestora como seu grupo de discentes, devem compreender e acolher as limitações, facilitando sua comunicação, a expressão do seu pensamento, a interação social entre todos, buscando ressaltar as potencialidades.

Observar também se o aluno tem uma participação efetiva, garantindo o sentimento de pertencimento ao grupo.

Os professores devem estimular o espírito de equipe onde cada um colabore uns com os outros facilitando um processo de inclusão que não se restrinja aos alunos com deficiência e sim uma educação de qualidade para todos.

### **3. METODOLOGIA**

Para realizar a pesquisa, esse capítulo descreve sua abordagem epistemológica, o tipo de pesquisa e os instrumentos utilizados para a produção de dados, assim como descreve o contexto em que ela ocorreu. Todo esse percurso metodológico visou alcançar os objetivos propostos no início do trabalho.

#### **3.1. Caracterização da pesquisa**

A abordagem qualitativa norteia a pesquisa deste trabalho, explorando a observação, tendo em vista a análise do problema gestão e inclusão escolar, compreendendo os processos dinâmicos em que vive a escola. Richardson (1999, p.80) afirma que:

[...] os estudos que empregam a metodologia qualitativa a descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa realizada com um questionário semi-estruturado e um exercício de complementação de frases ( Fernando Gonzalez Rey), podendo avaliar no contexto o pensamento da equipe gestora acerca da inclusão dos educandos com deficiência.

#### **3.2. Contexto da escola**

A escola está localizada na Ceilândia Norte – DF. Foi fundada no ano de 1972. Nesta ocasião esta Instituição Educacional atendia beneficiários de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental, apresentando um total de 1.410 educandos. A nova escola tinha como função o atendimento às famílias que foram trazidas, para esta localidade, após serem removidas de diversas invasões existentes no Distrito Federal à época. O movimento responsável pela remoção denominava-se CEI (Campanha de Erradicação de Invasões), sigla esta que originou o nome da cidade. Em 1977, após uma reorganização do sistema escolar, esta passou a ter a denominação atual.

A Instituição Educacional apresenta 5 (cinco) pavilhões compostos por: salas de aula, sala de professores, sala de coordenação, sala de recursos/ SOE (Serviço

de Orientação Educacional), sala de vídeo, salas administrativas, sala de leitura, sala de auxiliares, cantina, pátio, banheiros, laboratório de informática, quadra poliesportiva e parque recreativo (destinado aos alunos de educação infantil e 1º ano).

A condição estrutural do prédio é considerada de razoável a boa, graças ao compromisso e competência da equipe, ao zelo dos profissionais que nela atuam e a importante parceria da Administração de Ceilândia que possibilitou a construção da quadra poliesportiva e também a reforma do parque recreativo da Educação Infantil, interditado desde 2004.

A escola se beneficia do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) desde 2008, através dos programas Educacenso, IDEB, Prova Brasil, Provinha Brasil e Ensino Fundamental de 9 anos, acrescentando em sua pasta de trabalhos objetivos e metas de desempenho e qualidade nos serviços prestados.

Atualmente, esta Instituição Educacional conta com aproximadamente 72 funcionários que cumprem as seguintes funções: professores auxiliares, merendeiras, secretária escolar e apoio técnico administrativo, para atender em torno de 800 alunos.

A comunidade, beneficiária externa das ações escolares, possui características dos usuários de classes populares, apresentando muitas necessidades, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho desta Instituição de Ensino. Diante do cenário nacional, a educação da comunidade da Ceilândia Norte enfrenta inúmeros problemas como: violência, famílias pouco participativas, evasão escolar, recursos limitados, dificuldades para promover o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, índice elevado de reprovação, entre outros. O Conselho Escolar é bem participativo e comparecem em reuniões que ocorrem uma vez por mês, às terças-feiras pela manhã. Após uma dificuldade com uma aluna onde a aluna efetuou três disparos com arma de fogo em uma coordenadora, um dos compromissos da escola é o fomento da cultura de paz.

### **3.3 ANÁLISE DOS DADOS**

A equipe gestora é composta da diretora, vice-diretora, da Assistente Pedagógica e da Secretária escolar. Foi apresentado uma complementação de

frases para em termos gerais percebermos o pensamento da equipe gestora com relação à inclusão das crianças com deficiência, ao acesso e permanência dos deficientes na escola e o papel pessoal e dos outros com relação à inclusão

<b>A- O papel da direção no processo de inclusão das crianças com deficiência é...</b>	Respostas
Diretora	Assegurar o acesso à educação
Vice-diretora	Primordial. Desde a adaptação do espaço físico até a promoção das aprendizagens
Assistente pedagógica	Fundamental, uma vez que a gestão influencia a conduta dos docentes e demais envolvidos no processo pedagógico.
Secretária	conduzir a comunidade escolar, em todos os seus segmentos, a uma nova visão, baseada nos direitos humanos, garantindo uma educação de qualidade também aos alunos “especiais”.

Ao compararmos as respostas da Letra “A”, constatamos que consideram importante assegurar o acesso das crianças com relação a educação escolar, adaptando-se os espaços e promovendo a aprendizagem. A secretária toca num ponto essencial que é a condução da mentalidade da comunidade escolar, numa perspectiva de respeito garantindo a qualidade de ensino aos alunos especiais. Para tanto, uma gestão deverá também envolver toda a comunidade escolar, trazendo a comunidade para discussões importantes, principalmente para que eles possam auxiliar na garantia de uma educação de qualidade e para todos.

<b>B- Para garantir a permanência e a aprendizagem das crianças com deficiência é necessário...</b>	Respostas
Diretora	Fazê-las sentirem-se aceitas.

Vice-diretora	A inclusão deste trabalho no projeto político pedagógico da unidade escolar
Assistente Pedagógica	A formação continuada do professor, a adequação curricular respeitando a limitação dessas crianças, envolvimento de toda a comunidade escolar e principalmente a acolhida, o afeto e o comprometimento com essas crianças.
Secretária	Todos os envolvidos assumirem a responsabilidade e o compromisso de mudanças de valores com vistas a aprendizagem, acreditando-se na inclusão com qualificação e amor ao trabalho realiado.

Na questão B, com relação à aprendizagem, a diretora acredita que fazê-las se sentir aceitas por seu grupo é importante para a aprendizagem. Para Stainback e Stainback (1999), a escola inclusiva é aquela na qual todos os alunos sentem-se incluídos, como parte da escola, ou seja, sentem-se reconhecidos, valorizados e respeitados, pois esta escola se utiliza de atitudes solidárias, e também de estratégias de ensino fora e dentro da sala de aula que possibilitem responder às necessidades de todos os alunos, com ou sem deficiência. A Vice-diretora toca num ponto muito importante que é a construção do PPP- Projeto Político Pedagógico que é o que norteia o trabalho dentro da instituição, é uma ação intencional com compromissos definidos coletivamente. Portanto, um projeto voltado para a aprendizagem da criança com vistas a inclusão, traz benefícios para toda a comunidade escolar. Nos dizeres de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579)

A formação continuada é citada pela Assistente pedagógica que caracteriza-se por preencher lacunas na formação do professor. É qualificar o profissional para enfrentamento das dificuldades do dia a dia.

Todos temos que estar juntos para acolher a criança na escola, dando a ela o direito de se expressar, favorecendo a ampliação do conhecimento e aprendendo a conviver.

<b>c- A escola inclusiva é...</b>	
Diretora	Aquela que o aluno com deficiência aprenda o que lhe é necessário e o que é possível.
Vice-Diretora	A unidade escolar que respeita as diferenças individuais no processo de desenvolvimento dos educandos, que respeita o tempo e a gênese da aprendizagem de cada aluno.
Assistente Pedagógica	Aquela que além de ter a criança na escola, faz com que essa criança pertença a escola. Ela dá a oportunidade de se desenvolver, respeitando as particularidades de cada indivíduo e promovendo ações para o sucesso pedagógico.
Secretária	Um lugar de oportunidades ao desenvolvimento.

A percepção da gestão quanto à escola inclusiva, é para a Diretora, aprender o que é possível. Não temos condições de informar o que é possível. O trabalho do professor é ofertar ao aluno com deficiência o mesmo conteúdo que os outros alunos devem receber, não podemos medir o que é possível. O reconhecimento da equipe gestora com relação aos educandos é um fato positivo, identificando o caminho pelo qual a criança aprende, é mais fácil trabalhar com ela. Essa noção de respeito que permeia todas as respostas e a Assistente pedagógica reconhece a necessidade de respeitar as particularidades de cada indivíduo para o sucesso pedagógico.

<b>d- Posso ajudar mais na inclusão dos alunos se...</b>	
Diretora	NÃO RESPONDEU



Vice-Diretora	Harmonizar as relações sociais existentes na unidade escolar, possibilitando a reflexão , discussão, planejamento e avaliação das práticas pedagógicas.
Assistente Pedagógica	Compreender que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve colocar-se à disposição do aluno; compreender que cada aluno tem seu ritmo e estilo de aprendizagem e agir de acordo com modificações e adequações necessárias.
Secretária	Não tiver nenhum tipo de discriminação ou preconceito. Tentar ajudar meu colega professor com entusiasmo, fé. Não duvidar que a inclusão é possível.

Todos podemos trabalhar pela inclusão dos educandos com necessidades educativas especiais. Reconhecer a parte que nos cabe é enxergar o caminho, o percurso a ser seguido. Apenas receber o aluno em sala de aula não quer dizer que esta escola é inclusiva. Existe a necessidade do preparo do docente como conhecer o tipo de deficiência e a historia de vida do seu aluno, a relação com seus familiares e vice-versa; saber como trabalhar com outros alunos e com suas famílias, é este o contexto inclusivo.

Não é só o professor que tem que trabalhar com a inclusão. Há ainda a necessidade do envolvimento de gestores, da iniciativa pública e privada, de políticas públicas, de investimento na formação dos envolvidos, trabalho que não se restringe apenas aos professores, mas a todos, sem exceção. Quando é citado o que cada um pode fazer, além de proporcionar discussão, compreender seu ritmo ou não discriminar, é adotar uma postura onde realmente a criança possa além de frequentar os espaços físicos da escola, ter banheiros e rampas adaptados, o professor deve realmente amparar e aceitar seu aluno com as limitações que ele tem. É perceber que o outro pode aprender de maneira diferente às vezes em outros contextos culturais.

<b>e- O papel de cada um</b>	
------------------------------	--

é proporcionar...	
Diretora	Ambiente acolhedor
Vice-Diretora	Aprendizagem do aluno.
Assistente Pedagógica	um ambiente acolhedor e que acomode os alunos, uma pedagogia capaz de educar e incluir todos, amor e comprometimento.
Secretária	Mudanças que favoreçam o bom desenvolvimento de todos os alunos

O papel de cada um ao proporcionar um ambiente inclusivo, também necessita de outras instâncias para funcionar, como o próprio sistema de ensino. Mas já se encontra no caminho quando a vontade de manter um ambiente acolhedor para todos, uma ação-reflexão dos conteúdos, práticas pedagógicas, mudanças de paradigmas. A agenda do CASE (*Council of Administrator of Special Creating a Unified Education System*, 1993), afirma que para provocar uma mudança pelo ensino mais inclusivo, alguns passos devem ser seguidos:

*A primeira medida da direção da escola é construir uma comunidade escolar inclusiva, baseada nos propósitos da escola. O planejamento e o desenvolvimento do currículo que conduz aos resultados esperados pelo Estado e pelos setores educacionais devem vir logo em seguida. Preparar a equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus conhecimentos específicos são o propósito fundamental de um programa de desenvolvimento de uma equipe em progresso contínuo. Um maior investimento na tecnologia para dar apoio a uma tomada de decisão individual e de grupo é uma das principais responsabilidades dos subgrupos da equipe. A tecnologia serve como um importante dispositivo da comunicação para apoiar a reflexão da equipe sobre a prática escolar, Um tempo para reflexão sobre a prática precisa ser criado na estrutura da escola e no dia letivo para que ela se prepare e se beneficie de grupos de professores atuando como planejadores, instrutores e avaliadores de programas que conduzem a resultados esperados. (Council of Administrators of Special Education, 1993, p 5).*

Concluimos que não é fácil implementar de uma hora pra outra uma escola mais inclusiva, mas depende de uma responsabilidade coletiva de transformação, com ação integrada de todos.

Passaremos então à luz dos estudos realizados, analisar as questões dispostas na entrevista com a equipe gestora.

1 – A equipe gestora na promoção da escola inclusiva.

<b>1- Como a equipe gestora pode promover a escola inclusiva?</b>
<b>Diretora:</b> NÃO RESPONDEU
<b>Vice-Diretora:</b> Prevendo no PPP projetos voltados ao atendimento às diferenças e a promoção de valores humanos. Estes são fundamentais para criar na unidade escolar o respeito aos ANNEs por parte de todo o corpo discente e funcionários.
<b>Assistente Pedagógica:</b> Por meio de conhecimento acerca da lei e estratégias propostas para a escola inclusiva, incentivando seu grupo de docentes, promovendo a formação continuada, com ações que atendam a todos independente de suas limitações.
<b>Secretária:</b> Com ações que favoreçam o desenvolvimento do processo. Organizando a escola de forma a atender as necessidades dos alunos.

A equipe tem claro, que o atendimento da escola e dos profissionais que a compõem deverão ser pautadas na promoção dos direitos humanos, tendo como meio desses conhecimentos, apostar na formação de mentalidade de todos no processo de inclusão.

2 – Variáveis que garantem os espaços de aprendizagem.

<b>2- Quais são as variáveis que estão em jogo para a garantia de espaços reais de aprendizagem na escola?</b>
<b>Diretora:</b> capacitação profissional, empatia, conhecimento para matar o preconceito
<b>Vice-Diretora:</b> A avaliação, o tempo didático, atividades significativas e intervenções pedagógicas.
<b>Assistente Pedagógica:</b> NÃO RESPONDEU
<b>Secretária:</b> Na minha forma leiga de pensar, entre tantas variáveis, vejo como mais significativa a mudança da mentalidade de toda a comunidade escolar e das famílias envolvidas. O meio social implica diretamente no que diz respeito à inclusão

Quando pedimos que identificassem as variáveis que possam garantir espaços de aprendizagem mais concreta na escola, foi citada diversas variáveis que dão condições de favorecer a aprendizagem dentro dos espaços da escola.

Segundo Vygotsky: “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”. (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 56). Portanto o ambiente estimulante para a aprendizagem da criança é aquele em que ela sente segurança, é desafiadora, e ainda sente pertencente ao ambiente, se identificando com seus pares, favorecendo a aprendizagem. Os espaços educativos devem favorecer a autonomia, possibilitando a socialização dentro das suas singularidades.

### 3 – Estratégias e possibilidades de aprendizagem.

<b>3- As crianças com deficiência podem aprender junto com as mesmas estratégias que as crianças com deficiência?</b>
<b>Diretora:</b> sim, a seu modo e a seu tempo.
<b>Vice-Diretora:</b> Sim. É necessário apenas que o professor avalie o seu desenvolvimento para adequar os objetivos da intervenção, assim como com qualquer aluno.
<b>Assistente Pedagógica:</b> Sim, talvez ela não aprenda no mesmo tempo proposto. No entanto, sou a favor da diversidade de métodos e estratégias, da utilização de novidades e desafios para promover a aprendizagem dessas crianças.
<b>Secretária:</b> Claro que não. Faz-se necessário respeitar as diferenças e particularidades e desta forma, alcançar um conhecimento compartilhado.

Muitas vezes o senso comum diz que a criança não pode aprender junto com as outras, necessitando de escolas especiais ou professores especializados para seu atendimento. É consenso entre a equipe gestora que as crianças podem aprender juntas, mas não da mesma maneira e ao mesmo tempo. Compreendem que o respeito a seu tempo de aprendizagem é importante para alcançar os objetivos de aprendizagem.

### 4 – O papel dos dispositivos legais.

<b>4- Você considera que os dispositivos legais são determinantes para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na escola?</b>
<b>Diretora:</b> NÃO RESPONDEU
<b>Vice-Diretora:</b> Os dispositivos legais são importantes, porém, o próprio sistema

educacional e a sociedade é que são naturalmente excludentes, é uma questão de valores. Essa realidade vem mudando gradativamente.

**Assistente Pedagógica:** Não, além de dispositivos legais que garantem o acesso na escola é preciso uma pedagogia inclusiva e eficaz para garantir a permanência desses estudantes na escola.

**Secretária:** Sim. Questão de justiça, que o aluno possa exercer seu direito, amparado por meios legais, cidadania.

Quando caminhamos para os dispositivos legais que podem garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na escola, outros pontos são levantados como a sociedade ser excludentes e essa realidade mudando gradativamente. Não apenas os dispositivos legais são determinantes, eles são importantes para garantir o direito do aluno exercer a sua cidadania.

#### 5 – A avaliação do aluno.

##### **5- Qual o melhor meio de avaliar o aprendizado do aluno com deficiência?**

**Diretora:** No cotidiano por meio da análise nas mudanças de comportamento.

**Vice-Diretora:** Pode-se utilizar recursos diversos... desde a observação até execução de tarefas adequadas.

**Assistente Pedagógica:** Por meio da observação pontuando seus avanços e aprendizagens conquistadas. Pode-se utilizar o portfólio para registro dessas aprendizagens.

**Secretária:** Creio que o acompanhamento individualizado já leva a avaliação para o “processo” de diferentes aprendizagens.

Avaliar o aluno com necessidades educativas especiais em seu aprendizado ainda se configura um certo desconforto para o professor que tendo em vista que o aluno é avaliado através daquilo que ele aprendeu, comparado com ele mesmo. A equipe gestora tem a noção que pontuar seus avanços, registrando no dia a dia suas atividades significativas, tem a condição de se verificar seu aprendizado e seu crescimento educacional.

Repensar posturas e aceitar o aluno deficiente na escola faz parte da promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Respeitar os direitos do aluno, permitindo que seu processo de educação seja sem interrupções, auxiliando-o a vencer as próprias barreiras que já são impostas pelas limitações.

### **PARTE III**

## PERSPECTIVA FUTURA

Atualmente trabalho na Secretaria de Educação do DF, na Escola Classe 08 em Ceilândia, em Classe Especial para alunos DM e DF. Meus interesses dentro desta instituição foram tomando forma com o decorrer dos anos e o trabalho com os alunos Portadores de Necessidades Especiais foi tomando corpo. Em 2007 estava com uma turma de Educação Infantil com três alunos oriundos da estimulação precoce. Um grande desafio, pelas características das crianças. Tivemos que realizar adaptações em lápis, materiais, brincadeiras e também um olhar especial no curricular. Fui me qualificando através dos cursos oferecidos na Secretaria de Educação: Adaptação curricular, alunos com deficiência física, intelectual, Superdotação no contexto escolar, Libras dentre outros. Sempre fui muito solidária às necessidades físicas e mentais daqueles que me cercavam, muita tolerância com quem aprendia de maneira lenta ou precisava de outros recursos para chegar lá. Acredito que empatia, esse sentimento que nos coloca no lugar do outro e nos proporciona imaginar a condição do outro, é o que move o meu trabalho e estudo. A graduação me proporcionou um leque de assuntos e possibilidades de escolha. Trabalhei em Sala de Recursos por três anos e percebi que este atendimento é um pouco limitado nas escolas, dependendo muito do professor da sala, a busca por materiais mais específicos, pois eles não são ofertados pela Secretaria de Educação. Tudo o que eu vivi até hoje, abriu meus horizontes e meus planos para o futuro são ousados, mas passíveis de realização.

Pretendo me especializar em Educação especial e também com crianças com dificuldades de aprendizado. Outra pós em Psicopedagogia clínica. Paralelo aos estudos, minha pretensão é montar um espaço para atender crianças e jovens de variadas síndromes, auxiliando-as a encontrar seu espaço na sociedade, proporcionando um desenvolvimento amplo dos seus potenciais. O mestrado segue também pela mesma área, e também o doutorado, com a experiência na clínica, me dará um campo excelente para pesquisa. O futuro se faz com os passos que eu der. Um após os outro, por mais lento, contínuo. O ontem eu não posso mudar, mas posso planejar. Planejar é estar a um passo de concretizar. E nada vem sem luta, sem esforço... não espero isso... só espero coragem, vontade de realizar, amar. Estamos sempre em modificação, aprendendo com nossas experiências para construir o futuro. Vigotski bem afirma:



O cérebro [...] é também um órgão combinador, criador, capaz de reelaborar e criar com elementos de experiências passadas novas normas e posições. Se a atividade do homem se reduzisse a repetir o passado, o homem seria um ser voltado exclusivamente para o fazer e incapaz de se adaptar ao amanhã diferente. É precisamente a atividade criadora do homem a que faz dele um ser projetado para o futuro, um ser que contribui para criar e que modifica seu presente (VIGOTSKII, 1998, p. 9).

É apaixonante quando nós nos apropriamos do conhecimento, abrindo a mente para o outro, para o próximo. Estudar o caminho percorrido por pessoas tão excluídas e perceber um moimento na história do nosso planeta de vontade de agregar ao invés de excluir. Estudar a Declaração de Salamanca, a nossa constituição, LDBEN, leis distritais e perceber que é possível sim, que todos podemos de forma harmônica, cada um contribuindo para a sociedade com o que tem, enfim, viver em paz.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão apesar de todo avanço constatado desde o início, mudando paulatinamente as leis e as posturas sobre o tema, ainda tem um grande caminho na verdadeira inclusão educacional.

Um dos caminhos longos é perceber o outro como sujeito de direitos com possibilidades de respeitadas as diferenças sejam elas quais forem, cumprirem seu papel de cidadão consciente da sua atuação na sociedade, afirmando Paulo Freire que se a reflexão está dissociada da ação no mundo, é como se o ser não pudesse transpor os limites no próprio mundo.

A escola ainda tem muito o que mudar. O discurso tem que caminhar junto com a prática pedagógica, realmente repensando sobre o outro e seu direito de estar no mundo usufruindo dele.

E a discussão sobre inclusão deve ser ampla e consistente, colocando-se em pauta as dificuldades reais de receber a criança na escola e como realmente o educador percebe essa proposta.

As escolas e as comunidades devem unir-se para assegurar que os postulados de uma educação de qualidade seja para todos. A mudança tem ser significativa e permanente para benefício dos alunos.

Um diálogo aberto e franco sobre o aluno deficiente na escola deve ser proporcionado com todo corpo docente, servidores e comunidade, discutindo o projeto político pedagógico, que será a identidade do trabalho docente que a comunidade anseia e necessita.

O paradigma da inclusão vem ao longo das décadas, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Entretanto, o paradigma da segregação é forte e está fortemente enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

A presença do aluno deficiente na escola, na sala de aula, só tem a acrescentar a todos que aprendendo o respeito pela diversidade que caracteriza o ser humano, auxiliará a transformar o sistema educacional humano, sem barreiras, mais justo e eficiente.

Eliminar a competição, transformando o trabalho na escola em um molde colaborativos, podemos contribuir para em contato com outros, se desenvolva as potencialidades e habilidades que cada um possui para o desenvolvimento.

As leis podem garantir o acesso do aluno deficiente na escola mas a permanência está ligada ao trabalho que a escola deve oferecer, de qualidade do professor e serviços de apoio como o AEE – Atendimento Educacional Especializado.

Outras barreiras também tem que ser derrubadas como os conhecimentos e os processos de avaliação. Conhecendo o desenvolvimento humano, como se dá a aprendizagem, levando-se em consideração as etapas que cada aluno se encontra, utilizar as tecnologias capacitando e sensibilizando toda a comunidade escolar, esse conjunto de dicas não é uma receita, é apenas o começo de uma grande transformação escolar.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, R. **A personal vision of a good school.** *Phi DeltaKappan*.1990.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC, Seesp, 2004, p. 249-269.
- BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações
- BRASIL. **Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001** **Direito à Educação:** Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC, Seesp, 2004, p. 316-349.
- BRASIL. **Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”.** Secretaria de Educação Especial. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/seesp/index](http://portal.mec.gov.br/seesp/index). Acesso em: 25 fev. 2013
- DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na educação.** São Paulo: Cortez, 1993.
- DRIEDGER, D., ENNS, H. **Declaración sobre equiparación de oportunidades.** Estocolmo: Disabled Peoples’ International, jan. 1987).
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação no Brasil. **INTEGRAÇÃO**, vol. 14, n. 24, p.26,2002.
- LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- MEC-SEESP. **subsídios para a gestão dos Sistemas Educacionais-** Orientações e marcos legais- Brasília-DF/2006.
- NOVA ESCOLA, edição 213, junho de 2008. Editora Abril. [http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/educacao/20121/aceso\\_escola.pdf](http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/educacao/20121/aceso_escola.pdf) Acesso em 9/02/2013 as 14:02 <http://www.gammon.br/portal/> acesso em 19/02/2013.
- NOVA ESCOLA, edição 213, junho de 2008. Editora Abril. <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>
- RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática.** Estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2010.
- INCLUSÃO - **Revista da Educação Especial** - Out/2005
- SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro:

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico na escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002.

## APÊNDICE A



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Dados de identificação:

Título do projeto: “O papel da equipe gestora no acesso e permanência das crianças com deficiência na escola”

Pesquisador responsável: Tarciana Flavia Pereira Botelho sob a orientação da Profª. Drª. Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Universidade Aberta do Brasil, curso de Pedagogia da Universidade de Brasília .

Telefones para contato: (61)33072130

Nome do voluntário:

---

Idade: \_\_\_\_\_ anos

R.G. \_\_\_\_\_

O/A Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “O papel da

equipe gestora no acesso e permanência das crianças com deficiência na escola” , de responsabilidade do pesquisadora Tarciana Flavia Pereira Botelho, sob orientação da Profª. Drª. Fátima Lucília Vidal Rodrigues. Tendo como objetivo de pesquisar o papel da equipe gestora no acesso e permanência das crianças com deficiências na escola. Ao participar deste estudo o/a Sr. (ª) permitirá que o pesquisador atinja o objetivo proposto, afim de contribuir com a melhora da sua monografia. O/A Sr. (ª) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar



e) O papel de cada um é proporcionar...

## RESPONDA AS PERGUNTAS

- 1- Como a equipe gestora pode promover a escola inclusiva?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 2- Quais são as variáveis que estão em jogo para a garantia de espaços reais de aprendizado na escola?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 3- As crianças com deficiência podem aprender junto, com as mesmas estratégias que as crianças sem deficiência?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 4- Você considera que os dispositivos legais são determinantes para o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na escola?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 5- Qual o melhor meio de avaliar o aprendizado do aluno com deficiência?